

## DESLIZE DE SENTIDO E RELAÇÕES DE PODER E DE VERDADE: DIZERES EM ALUSÃO AO 31 DE MARÇO DE 1964

### *SLIDE OF MEANING AND RELATIONS OF POWER AND TRUTH: SAYINGS IN ALLUSION TO MARCH 31, 1964*

Maruana Kássia Tischer Seraglio<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa efeitos de sentido produzidos pela substituição de comemorar por rememorar no pronunciamento do presidente Jair Messias Bolsonaro em 2019, e que se refere à Ordem Alusiva do Dia 31 de março de 1964. As análises têm ancoragem teórico-metodológica na Análise de Discurso francesa. Os resultados indicam que a troca de palavras produz o efeito de sentido de saudade e de admiração do Presidente sobre o período. Ademais, ocorre disputa por uma narrativa que obtenha o discurso da verdade sobre o tema e que, para isso, relações de poder são mobilizadas.

Palavras-chave: ordem alusiva; efeito de sentido; poder; verdade.

**ABSTRACT:** This article analyzes the effect of meaning produced by the replacement of commemorating by remembering in the speech of the President Jair Messias Bolsonaro in 2019, which refers to the Allusive Order of March 31, 1964. The analyses are anchored theoretically and methodologically in the French Discourse Analysis. The results indicate that the exchange of these words produces the effect of meaning of the President's longing and admiration over the period. In addition, there is a dispute for a narrative that obtains the discourse of truth on the subject and, therefore, power relations are mobilized.

Keywords: allusive order; effect of meaning; power; truth.

#### 1 COMEÇANDO A CONVERSA

Discutir o período em que os militares estiveram no poder entre 1964 e 1985 no Brasil pode se tornar conflituoso, principalmente por haver duas narrativas principais

---

<sup>1</sup> Mestranda, UFFS, Bolsista CAPES.

disputando o *status* de verdade. Uma dessas narrativas é a de que o país, naquele período, enfrentava uma ameaça comunista que foi eliminada por intervenção de um regime militar e que, após o período necessário, devolveu o poder para os civis. A outra narrativa é a de que ocorreu um golpe para que determinado grupo tomasse o poder no país, promovendo o desenvolvimento de uma ditadura militar que violou em diversos aspectos os direitos humanos. Por consequência, qualquer discurso que envolva uma ou outra narrativa abrange movimentos de análise.

O dia 31 de março de 2019 marcou 55 anos do início do período em que os militares assumiram os maiores cargos políticos no país durante 21 anos. Com a eleição direta, em 2018, de um representante militar na função mais importante em uma democracia, a de presidente, houve questionamentos sobre a possibilidade da volta de um período militar de cunho similar como ao que ocorreu há mais de cinco décadas.

Em seu primeiro ano de mandato e com quantidade significativa de militares ocupando cargos no governo, veio à tona, em meados de março de 2019, qual seria o posicionamento do presidente Jair Messias Bolsonaro na data já mencionada. Respondendo a isso, o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, afirmou, dias antes da data, que o Presidente não considerava aquele período como uma ditadura militar (defesa da primeira narrativa) e que ele havia autorizado a realização de comemorações devidas, incluindo uma Ordem do Dia (ANEXO I, ao final deste texto) que deveria ser lida nos quartéis.

Contudo, o ato de o Presidente permitir comemorações em relação ao período militar provocou diversas manifestações contrárias por parte da população, órgãos federais e jurídicos, meios de comunicação em massa e políticos, questionando, principalmente, a coerência em se comemorar um período em que civis foram presos, torturados e até mortos por militares (defesa da segunda narrativa). Em resposta, o presidente Bolsonaro, dias antes da data e em evento que visava a comemoração de

211 anos da Justiça Militar, negou ter determinado a comemoração da data, pois segundo ele “não foi comemorar, foi rememorar, rever o que está errado, o que está certo e usar isso para o bem do Brasil no futuro.” (BOLSONARO, 2019, s/p).

Com base nesse pronunciamento do Presidente e na substituição do termo comemorar por rememorar, propõe-se um ensaio que analise os efeitos de sentido produzidos por essa escolha, por meio do conceito de deslize de sentido, pois o sentido não está ligado à palavra em si, à sua literalidade. É a partir da transferência de sentidos “que elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se revestem de um sentido” (ORLANDI, 2015, p. 42). Assim, este estudo tem orientação teórico-metodológica na Análise de Discurso — doravante AD — ligada à escola francesa com o autor Michel Foucault. Ademais, a pesquisa faz um movimento metodológico constante entre teorias e análises, a partir do que Verli Petri (2013, p. 42) define como movimento pendular, pois é “no movimento de ir e vir (da teoria para análise e/ou vice-versa) que o pêndulo agita os processos de produção de sentidos sobre o corpus, movimentando a contemplação que estagnaria o analista e, conseqüentemente, o movimento de análise”. Desse modo, a produção de sentidos sobre o material que se analisa é estimulada a partir desse deslocamento, logo, cada análise é singular e contempla a incompletude e a contradição que o movimento constante provoca.

No campo dos estudos discursivos, trabalha-se com a seleção de um corpus — ou mais do que um — para focalizar os objetivos da pesquisa. Assim, os corpora de análise desta pesquisa são: (a) o pronunciamento do Presidente sobre a substituição dos termos anteriormente mencionados; e (b) a Ordem do Dia alusiva ao dia 31 de março de 1964. Após a análise do pronunciamento, são investigadas sequências discursivas — doravante SD — da Ordem Alusiva, nas quais identifica-se uma tentativa de fortalecer o posicionamento do Presidente. Assim, propõe-se pensar os corpora enquanto discursos, como no sentido utilizado por Dominique Maingueneau

(2015, p. 36), pois “as pessoas produzem textos para fazer passar uma mensagem, para exprimir ideias e crenças, para explicar algo, para levar outras pessoas a fazer certas coisas ou a pensar de certa maneira, e assim por diante”. Desse modo, o sentido é construído dentro das fronteiras do discurso, mas mobiliza elementos exteriores, os quais influenciam e mostram-se no discurso.

Nesse percurso analítico, é mobilizado o conceito de deslize de sentido, no qual os textos se remetem uns aos outros, bem como a disputa pela narrativa e pela verdade. Por fim, pensa-se as relações de poder envolvidas e que provocaram a substituição de termos no pronunciamento do Presidente, uma vez que se entende essa substituição não como uma mera troca de termos, mas como uma ação provocada por movimentos de poder advindos de esferas da sociedade exigindo mudanças sobre o tema. Dessa forma, os corpora da pesquisa partem da declaração de Bolsonaro sobre a data e da Ordem Alusiva do Dia, aprovada pelo Presidente.

Com fundamento nos recortes teóricos e metodológicos previamente apresentados, se objetiva esgotar o objeto de análise a partir da cisão teórico-metodológica adotada, visto que “a metodologia da Análise de Discurso existe, mas não para, está em suspenso, em movimento, (de)pendendo como o pêndulo, relativizando os olhares sobre o mesmo objeto” (PETRI, 2013, p. 41-42). Ressalta-se ainda que as investigações realizadas nesta pesquisa acontecem sob um recorte específico e, portanto, promovem um gesto de leitura sobre o objeto de estudo, abrindo novas e futuras possibilidades de análises para outros pesquisadores.

## 2 EFEITOS SOBRE COMEMORAR E REMEMORAR

Para auxiliar na análise dos efeitos de sentido provocados pela substituição da palavra comemorar por rememorar, buscou-se o sentido de ambas em um dicionário. Esse movimento contribui para que, em seguida, seja contraposto com o sentido de

deslize e, mais adiante, com a seleção de palavras utilizadas na Ordem do Dia, documento aprovado pelo Presidente.

De acordo com Eni Orlandi (2015), a metáfora é fundamental na AD, pois nessa área a metáfora não é vista como figura de linguagem, mas como uma palavra tomada por outra. Portanto, a metáfora tem a essência de transferir sentidos, determinando a maneira como as palavras significam, caracterizando o deslize de sentido.

O significado da palavra comemorar corresponde a lembrar de um fato para festejá-lo. Contudo, é interessante notar que, quando se comemora, geralmente se comemora sobre o acontecimento ou sobre o indivíduo pelo qual se sente carinho ou admiração, pois, ao se comemorar, se festeja, e festa é sinônimo de alegria, de felicidade, de celebração. Portanto, comemorar diz respeito a pensar sobre algo (do passado) que se admira e/ou de que se sente falta. Como exemplo, pode-se dizer que celebrar o aniversário de alguém significa comemorar o nascimento, fato do passado de um indivíduo por quem se sente carinho.

Já a segunda palavra aqui analisada, rememorar, corresponde ao sentimento de recordar com nostalgia, escrever ou pensar algo do passado de maneira terna. Esse sentido é sutilmente desigual ao sentido de relembrar, que possui significado de lembrar novamente, trazer novamente à memória, sem a necessidade de haver ternura nesse movimento de pensar sobre o passado. Isso posto, entende-se que, quando alguém diz que lembra de onde morava na infância, pode haver ou não saudade e boas memórias do local. O que é diferente de dizer que se rememora a casa da infância, pois esse movimento demonstra a saudade e a ternura pelo local e pelas memórias do passado.

Partimos da noção foucaultiana sobre discurso, na qual discurso é “um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2017, p. 131). Assim, o discurso não pode ser pensado como algo inédito do dizer, mas como um discurso que faz parte de uma teia de dizeres, que se repetem e que se

transformam por meio do interdiscurso e da memória. Com base nisso, os sentidos podem ir além daqueles que estão sendo apresentados, pois os sentidos derivam de outras significações, caracterizando o deslocamento, o deslize de sentido.

Para Michel Foucault (2017, p. 146), a análise discursiva tem como princípio a noção de que tudo nem sempre é dito e assim, “estudam-se os enunciados no limite que os separa do que não está dito, na instância que os faz surgirem à exclusão de todos os outros”. Ainda de acordo com o autor francês, devemos perguntar como determinado enunciado apareceu e não outro. Assim, é preciso descobrir o não dito dentro desse discurso, ou seja, se trata

[d]e compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação, de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados, a que pode estar ligado, demonstrar que outras formas de enunciação excluem. (FOUCAULT, 2017, p. 34).

Desse modo, o sentido necessita desse deslize, desse não dito, pois não está ligado à palavra em si, à sua literalidade. É a partir da transferência de sentidos que os elementos se contrastam e se revestem de sentido (ORLANDI, 2015). Logo, palavras iguais podem significar de modos diferentes, porque estão inscritas em formações discursivas diferentes. De acordo com Foucault (2017, p. 142), “a formação discursiva é o sistema enunciativo geral ao qual obedece um grupo de performances verbais [...]”. Um enunciado pertence a uma formação discursiva como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”. Assim, a FD não é formada por um conjunto particular de vocabulário, mas pelo modo ou pela posição ideológica que essa escolha de vocabulário indica, ou seja, que efeitos de sentido essa escolha de vocabulário provoca. Além disso, o não dito contribui para o dito, pois de algum modo, se acrescentam. Sempre há no dito um não dito que se faz necessário. (ORLANDI, 2015).

A análise discursiva, segundo Foucault (2017, p. 34), trata de “estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui”. Assim, o deslize é visto por Foucault (2017) como acontecimento que não pode ser esgotado inteiramente, visto que está articulado à memória e ao acontecimento, e por estar amarrado a discursos anteriores e seguintes. Pensando nesse deslize de sentido, no qual o sentido pode ser outro, a substituição do termo comemorar por rememorar carrega sentidos similares, pois ambos os termos fazem referência a determinado período do passado adicionando carinho, admiração, afeto e saudade. Esse movimento de análise mostra que o sujeito que produz rememorar tem no não dito o sentido de comemorar, pois apresenta afeto e saudade do período de que fala. Isso posto, o pronunciamento do Presidente, enquanto deslize de sentido, demonstra o sentimento e o desejo oculto em (re)memorar um período da história do país.

A escolha dos termos expõe a visão do sujeito sobre o período que se iniciou em 31 de março de 1964. Nessa percepção, o Presidente acredita ter sido um momento que não caracteriza ditadura, mas regime militar, reafirmando seu posicionamento sobre a primeira narrativa e excluindo a segunda que enxerga esse mesmo momento como ditadura militar. Foucault (2017, p. 30) afirma que “tudo o que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio”. Portanto, é interessante notar que se buscou amenizar os efeitos produzidos pela utilização da palavra comemorar, utilizando rememorar, mas o dizer é inscrito em outros dizeres e, no deslize, se retoma novamente o sentido de comemorar.

### 3 (RE)TOMANDO A ORDEM ALUSIVA

A AD, de acordo com Foucault (2017), mostra como os diferentes textos se remetem uns aos outros, pois, entre outros motivos, estão ligados a enunciados

anteriores e posteriores e, ao mesmo tempo, a situações e a consequências que provocam alterações no próprio texto. Assim posto, o pronunciamento do Presidente sobre o 31 de março pode ser visto como dizer ligado à Ordem Alusiva do Dia, pois ambos os discursos se remetem ao mesmo acontecimento. Com base nisso, em seguida, são analisadas duas SD da Ordem Alusiva e que fortalecem o discurso do Presidente, sendo o documento também aprovado por ele.

Ao retomar seu pronunciamento sobre a substituição do termo comemorar por rememorar, o Presidente afirma que o movimento de rememorar aquele período do passado é necessário para “rever o que está errado, o que está certo e usar isso para o bem do Brasil no futuro” (BOLSONARO, 2019, s/p). Ao observarmos a SD1, retirada da Ordem Alusiva, percebemos que o movimento de refletir sobre o tema para auxiliar no futuro do país, destacado pelo Presidente, também é encontrado no documento.

SD1 — Em 1979, um pacto de pacificação foi configurado na Lei da Anistia e viabilizou a transição para uma democracia que se estabeleceu definitiva e enriquecida com os aprendizados daqueles tempos difíceis. As lições aprendidas com a História foram transformadas em ensinamentos para as novas gerações. Como todo processo histórico, o período que se seguiu experimentou avanços. (BRASIL, 2019, s/p).

É interessante notar que, no pronunciamento do Presidente, são usados os termos errado e certo, já na Ordem encontra-se o termo lições. Existe relação entre os termos, pois as lições ficam após o aprendizado dos erros e dos acertos do passado. Portanto, as lições, os erros e os acertos são modificados de modo a tornarem-se ensinamentos para o futuro. Logo, há a presença de um acontecimento carregado tanto de acertos quanto de erros, mas que não os esquecer e rememorar-los contribuirá para que a nação tenha um futuro mais próspero nas gerações que estão por vir.

Como dito no início deste texto, o período de 21 anos, a iniciar em 31 de março de 1964, possui duas narrativas que disputam o *status* de verdade. A ação do Presidente, ao determinar a comemoração ou a rememoração da data, foi entendida



por muitos como discurso de defesa da primeira narrativa — a de que o país passou por um período difícil, em que a solução foi a instalação de um regime militar e não de uma ditadura, buscando defender a democracia do país. Esse discurso da busca da verdade se encontra na Ordem Alusiva, como mostra a SD2.

SD2 — O 31 de Março de 1964 foi um episódio simbólico dessa identificação, dando ensejo ao cumprimento da Constituição Federal de 1946, quando o Congresso Nacional, em 2 de abril, declarou a vacância do cargo de Presidente da República e realizou, no dia 11, a eleição indireta do Presidente Castello Branco, que tomou posse no dia 15. Enxergar o Brasil daquela época em perspectiva histórica nos oferece a oportunidade de constatar a verdade e, principalmente, de exercitar o maior ativo humano — a capacidade de aprender. (BRASIL, 2019, s/p).

Ao tratarmos sobre a noção de verdade, precisamos visitar Foucault (2018a) para entender seu posicionamento sobre o tema. Ao realizar um corte metodológico — não utilizar as noções mobilizadas pelo termo ideologia —, o autor propõe a análise da relação entre verdade e poder e não entre ciência e ideologia (FOUCAULT, 2018a). Segundo o autor, é necessário entender o conceito de verdade como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento de enunciados” (FOUCAULT, 2018b, p. 54). Assim, a verdade é o próprio poder e este ocorre sobre o corpo dos sujeitos e não pelo plano da consciência. Com base nesses argumentos, o autor propõe a análise da relação entre verdade e poder, logo, a própria verdade não existe fora ou sem o poder, ela é o próprio poder.

Além disso, a partir de seus estudos, Foucault (2014) identifica um fortalecimento na sociedade por uma vontade de verdade, a começar no século VII, produzindo uma dicotomia entre discursos verdadeiros e discursos falsos. Essa vontade passa por campos como o sistema penal, a medicina, a psiquiatria, a psicologia e a sociologia, fazendo com que a própria lei só pudesse ser autorizada se embasada em um discurso de verdade. Desse modo, ao eleger a verdade e o poder, o autor gera o desenvolvimento e a análise do funcionamento de um dispositivo, o

dispositivo da verdade. Isso porque, a ilusão, a alienação ou a ideologia não dizem respeito à questão política que interessa Foucault (2018b), mas a própria verdade. Assim, não se investiga o discurso para ultrapassá-lo buscando a verdade, mas se analisa os procedimentos de produção de verdade no interior do discurso.

Com suporte nessa discussão, entende-se que a Ordem Alusiva (re)afirma o discurso do Presidente como verdade sobre o acontecimento em questão. Foucault (2014) percebe a vontade de verdade como sistema de exclusão. Nesse sentido, quem detém o discurso possui a narrativa e a vontade da verdade, excluindo outros discursos, desclassificando-os como discursos verdadeiros. A partir disso, a Ordem Alusiva, por ser um documento aprovado pelo Presidente, reforça o posicionamento do governante sobre o acontecimento e sobre a substituição da palavra comemorar por rememorar. Apresenta-se, na Ordem, um discurso que defende a necessidade de (re)lembrar com ternura um período do passado em busca do estabelecimento de um discurso da verdade e do qual emana poder, pois, como afirma Foucault (2014, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”.

Essa busca pelo discurso da verdade também implica a memória. Após o pronunciamento do Presidente, a Defensoria Pública da União alegou que a ordem de celebração da data se caracterizava como risco de afronta à memória e à verdade. Esse episódio ilustra como o discurso emana poder para conduzir uma narrativa e estabelecê-la como verdade. Foucault (2017, p. 33-34) argumenta que, para entender como apareceu determinado enunciado e não outro, é preciso “descobrir a palavra muda murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos [...]”. Assim, a começar pelo pronunciamento do Presidente e do porta-voz em rememorar determinado período da história do país — promovendo tantos debates e disputas — e, em seguida, ao aprovar um documento que reafirma seu posicionamento sobre o

momento, contribui-se para a divulgação e a tentativa de estabelecer como verdade a narrativa de que aquele momento é importante para aprender e contribuir para o futuro do país, além de mostrar qual deve ser a verdadeira história divulgada e acreditada pela população.

#### 4 RELAÇÕES DE PODER E PERIGOS DO DISCURSO

O discurso do Presidente pode ser visto pelo viés das relações de poder abordadas por Foucault em *A Ordem do Discurso* (2014). O autor inicia essa aula inaugural informando que não gostaria de entrar na arriscada ordem do discurso. De acordo com ele, “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos.” (FOUCAULT, 2014, p. 08). Desse modo, é possível pensar como o pronunciamento do Presidente, ao substituir o termo comemorar por rememorar, busca amenizar os impactos de sua declaração, entrando na ordem do discurso. Quando o porta-voz da presidência informou que Bolsonaro havia determinado comemorações devidas sobre a data, além da leitura da Ordem Alusiva, ocorreram movimentos a favor e contra esse posicionamento do Estado.

Para muitos, esse ato foi visto como perigoso, sendo que, inclusive, a decisão foi derrubada pela juíza Ivani Silva da Luz, da 6ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal. Contudo, essa decisão foi cassada pela desembargadora Maria do Carmo Cardoso, corregedora do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, liberando as Forças Armadas para realizarem os eventos previstos, provocando disputa de discursos, de poder e de verdade sobre o acontecimento.

Todos esses acontecimentos geraram muita polêmica, e acarretaram a necessidade de um pronunciamento do Presidente. Esse movimento se relaciona com a interdição que faz parte dos procedimentos de exclusão trazidos por Foucault (2014,

p. 09), pois “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Afinal, segundo o autor, a política é o principal espaço, entre tantos outros, que está longe de ser transparente ou neutro. Essa interdição apresentada por Foucault (2014) representa a força e o poder que se desenvolve sobre o Presidente, e ocasiona a necessidade de substituir um termo específico por outro para suavizar os impactos. Assim, não é permitido falar qualquer coisa em qualquer situação.

Nesse sentido, o discurso do Presidente sobre o período do regime ou do golpe militar envolve uma questão histórica mal resolvida no Brasil. Foucault (2014) afirma que alguém só entrará na ordem do discurso ao satisfazer certas exigências, pois nem todos os espaços — o autor intitula como regiões — dos discursos são transitáveis e acessíveis. Logo, o Presidente, ao determinar comemorações, se viu frente a essa ordem, na qual os discursos são controlados e selecionados. Ademais, para poder entrar nessa ordem, ele modificou sua declaração, que, mesmo assim, a partir do deslize, se reporta ao mesmo sentido.

Foucault (2014, p. 25) relata que “o novo não está no do que é dito, mas no acontecimento da sua volta”. Trazendo essa reflexão para o texto, é possível refletir que o pronunciamento do Presidente, a determinação em comemorar ou rememorar, não é algo novo para muitos quartéis brasileiros, visto que já se fazia isso, mesmo com proibições, como as da presidente Dilma Rousseff durante seu mandato. Contudo, o que se coloca como novo é o acontecimento em volta desse episódio específico, pois, pela primeira vez, desde o fim do regime/ditadura militar, um (ex)militar ocupa o cargo da presidência. Diante disso, o novo é o acontecimento e as possíveis mudanças que podem ocorrer com a sequência desse ato.

## 5 CONSIDERAÇÕES

Considerando o objetivo de analisar efeitos de sentido produzidos a partir da substituição de palavras — comemorar e rememorar — no pronunciamento do Presidente Bolsonaro, foram abordadas três principais concepções que contribuíram para entender como as relações de poder e de verdade e deslize de sentido se encontram nesse discurso.

Por meio da fundamentação na análise de significado das palavras comemorar e rememorar em conjunto com a noção de deslize de sentido de Foucault (2017), observou-se que ambas se conectam, uma vez que essas palavras se referem ao passado com sentido de ternura, saudade e felicidade. Logo, o movimento do Presidente de substituir o termo comemorar por outro, rememorar, buscou suavizar os efeitos de sua declaração. Contudo, os sentidos se encontram em redes de significações, que se interligam. Portanto, ainda é possível perceber que o sentido de um termo deslizou para o outro, caracterizando o ponto de vista do sujeito enunciador sobre o período.

Com base na identificação e na análise de duas SD retiradas da Ordem Alusiva, foi possível identificar os sentidos que se amarram e que fortalecem o pronunciamento do Presidente. Como tratado no início deste texto, o período de 1964 até 1985 possui duas narrativas em conflito. Os dizeres do Presidente e o documento oficial defendem uma narrativa sobre o período, buscando estabelecê-la como a narrativa verdadeira sobre os fatos, afinal, esse discurso e o poder que emana disso é pelo que se luta (FOUCAULT, 2014).

No terceiro movimento de análise, procurou-se entender os mecanismos de poder envolvidos e que motivaram o Presidente a tentar suavizar os efeitos de sua declaração. Ao se pronunciar sobre e eleger uma narrativa como verdade, ele entrou

em uma ordem do discurso, que, como afirma Foucault (2014), controla e seleciona os discursos. Logo, o dizer do Presidente, para entrar nessa ordem, precisou atender algumas condições e rituais, e pretendeu amenizar a repercussão. Além disso, foi observado que esse discurso não é algo novo, mas sim o acontecimento a sua volta, com a eleição de um presidente militar.

Isso posto, bebendo das noções de Foucault (2014, 2017, 2018a, 2018b), este texto buscou mostrar que mesmo uma aparente simples troca de palavras abrange questões muito complexas relacionadas à disputa por poder e por verdade. Com base na AD, entende-se que cada palavra produz significações que se relacionam com o sujeito de modo muito particular e profundo, mas que são sempre possíveis de se trazer à superfície para análise, reflexão e busca por mudança.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

## REFERÊNCIAS

BOLSONARO, Jair Messias. “Bolsonaro muda tom e diz que ideia é rememorar, e não comemorar, golpe de 1964.” *Folha de São Paulo*. Matéria escrita por Talita Fernandes. *Folha de São Paulo*, Brasília, 28 de março de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-muda-tom-e-diz-que-ideia-e-rememorar-e-nao-comemorar-golpe-de-1964.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2019.

BRASIL. *Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964*. Ministério da Defesa, 2019. Disponível em: [https://www.eb.mil.br/web/noticias/alusivos-e-ordem-do-dia/-/asset\\_publisher/QKzf8DsobUm1/content/31-de-marco-de-1964-ordem-do-d-1](https://www.eb.mil.br/web/noticias/alusivos-e-ordem-do-dia/-/asset_publisher/QKzf8DsobUm1/content/31-de-marco-de-1964-ordem-do-d-1). Acesso em: 21 mai. 2021.

DICIONÁRIO Informal. *Diferença entre Rememorar e Comemorar*. 2019. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/rememorar/comemorar/>. Acesso em: 13 jun. 2019.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber* (1926-1984). Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Curso no Collège de France (1978). Org., intr., e rev. técnica Roberto Machado. 8ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

MAINGUENAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Trad. Sírio Possenti. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso*: princípios e procedimentos. 12ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PETRI, Verli. "O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do 'dispositivo experimental' da análise de discurso." In \_\_\_\_\_, V.; DIAS, C. (Orgs.). *Análise de Discurso em Perspectiva*: teoria, método e análise. Santa Maria: UFSM, 2013, p. 39-48.

Recebido em: 26/11/2021

Aceito em: 16/03/2021

## ANEXO I — ORDEM DO DIA

### MINISTÉRIO DA DEFESA

#### Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964

Brasília, DF, 31 de março de 2019

As Forças Armadas participam da história da nossa gente, sempre alinhadas com as suas legítimas aspirações. O 31 de Março de 1964 foi um episódio simbólico dessa identificação, dando ensejo ao cumprimento da Constituição Federal de 1946, quando o Congresso Nacional, em 2 de abril, declarou a vacância do cargo de Presidente da República e realizou, no dia 11, a eleição indireta do Presidente Castello Branco, que tomou posse no dia 15.

Enxergar o Brasil daquela época em perspectiva histórica nos oferece a oportunidade de constatar a verdade e, principalmente, de exercitar o maior ativo humano — a capacidade de aprender.

Desde o início da formação da nacionalidade, ainda no período colonial, passando pelos processos de independência, de afirmação da soberania e de consolidação territorial, até a adoção do modelo republicano, o País vivenciou, com maior ou menor nível de conflitos, evolução civilizatória que o trouxe até o alvorecer do Século XX.

O início do século passado representou para a sociedade brasileira o despertar para os fenômenos da industrialização, da urbanização e da modernização, que haviam produzido desequilíbrios de poder, notadamente no continente europeu.

Como resultado do impacto político, econômico e social, a humanidade se viu envolvida na Primeira Guerra Mundial e assistiu ao avanço de ideologias totalitárias, em ambos os extremos do espectro ideológico. Como faces de uma mesma moeda, tanto o comunismo quanto o nazifascismo passaram a constituir as principais ameaças à liberdade e à democracia.



Contra esses radicalismos, o povo brasileiro teve que defender a democracia com seus cidadãos fardados. Em 1935, foram desarticulados os amotinados da Intentona Comunista. Na Segunda Guerra Mundial, foram derrotadas as forças do Eixo, com a participação da Marinha do Brasil, no patrulhamento do Atlântico Sul e Caribe; do Exército Brasileiro, com a Força Expedicionária Brasileira, nos campos de batalha da Itália; e da Força Aérea Brasileira, nos céus europeus.

A geração que empreendeu essa defesa dos ideais de liberdade, com o sacrifício de muitos brasileiros, voltaria a ser testada no pós-guerra. A polarização provocada pela Guerra Fria, entre as democracias e o bloco comunista, afetou todas as regiões do globo, provocando conflitos de natureza revolucionária no continente americano, a partir da década de 1950.

O 31 de março de 1964 estava inserido no ambiente da Guerra Fria, que se refletia pelo mundo e penetrava no País. As famílias no Brasil estavam alarmadas e colocaram-se em marcha. Diante de um cenário de graves convulsões, foi interrompida a escalada em direção ao totalitarismo. As Forças Armadas, atendendo ao clamor da ampla maioria da população e da imprensa brasileira, assumiram o papel de estabilização daquele processo.

Em 1979, um pacto de pacificação foi configurado na Lei da Anistia e viabilizou a transição para uma democracia que se estabeleceu definitiva e enriquecida com os aprendizados daqueles tempos difíceis. As lições aprendidas com a História foram transformadas em ensinamentos para as novas gerações. Como todo processo histórico, o período que se seguiu experimentou avanços.

As Forças Armadas, como instituições brasileiras, acompanharam essas mudanças. Em estrita observância ao regramento democrático, vêm mantendo o foco na sua missão constitucional e subordinadas ao poder constitucional, com o propósito de manter a paz e a estabilidade, para que as pessoas possam construir suas vidas.

Cinquenta e cinco anos passados, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica reconhecem o papel desempenhado por aqueles que, ao se depararem com os desafios próprios da época, agiram conforme os anseios da Nação Brasileira. Mais que isso, reafirmam o compromisso com a liberdade e a democracia, pelas quais têm lutado ao longo da História.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

Ministro de Estado da Defesa

ILQUES BARBOSA JUNIOR

Almirante de Esquadra

Comandante da Marinha

Gen Ex EDSON LEAL PUJOL

Comandante do Exército

Ten Brig Ar ANTONIO C. M. BERMUDEZ

Comandante da Aeronáutica

Fonte: Ministério da Defesa (2019).